

Boxe: os atletas e a “luta” olimpismo x profissionalismo

William Douglas de Almeida¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é debater como a dicotomia entre boxe olímpico e boxe profissional interfere na carreira dos praticantes da modalidade. Durante muitos anos o amadorismo foi considerado uma premissa básica para a prática dos esportes olímpicos. No final da década de 80 e início dos anos 90, porém, houve a entrada de profissionais nas mais diversas modalidades. A entidade responsável pelo boxe nos Jogos Olímpicos – AIBA (Associação Internacional de Boxe) manteve a obrigatoriedade do amadorismo entre os pugilistas até 2012. Apesar desta obrigatoriedade, a rotina dos atletas olímpicos é semelhante à de profissionais e os mesmos se dedicam ao esporte como principal atividade profissional. O conflito entre Olimpíadas e profissionalismo interfere de maneira direta na carreira dos atletas. Alguns decidem se profissionalizar, abrindo mão do sonho de lutar por medalhas olímpicas, enquanto outros optam em se manter olímpicos, abrindo mão das chances de fazer lutas por entidades como o Conselho Mundial de Boxe e a Federação Internacional de Boxe.

Palavras-chave: Boxe, Jogos Olímpicos, profissionalismo, amadorismo, lutas

Abstract: The main goal of this work is to discuss how the dichotomy between Olympic boxing and professional boxing interfere in the careers of practitioners of the sport. For many years amateurism was considered a basic premise for the practice of Olympic sports. In the late 80s and early 90s, however, there was the input from professionals in diverse forms. The entity responsible for boxing in the Olympics AIBA (International Boxing Association) maintained the requirement of amateurism among boxers to the Olympic Games in 2012. Despite this requirement, the routine of Olympic athletes is similar to professionals and that they are dedicated to the sport as the main occupation. The conflict between Olympics and professionalism interfere in a direct way in the careers of athletes, and some decide to become professional, giving up the dream to fight for Olympic medals, while others choose to remain as Olympic, even after several years of practice of the sport, having to give up the chances of making fights by entities such as the World Boxing Council and International Boxing Federation.

Keywords: Boxing, Olympic Games, professionalism, amateurism, fights

Boxing : athletes and the "fight " Olympism x professionalism

¹William Douglas de Almeida é jornalista, formado pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, em Bauru. Possui pós-graduação em jornalismo esportivo e negócios do esporte. Foi repórter na rede Bom Dia de Jornais, editor no jornal A Cidade, em Ribeirão Preto, e desde 2012 atua como Gestor de Comunicação Pública na Empresa Brasil de Comunicação (EBC/TV Brasil). É membro do Grupo de Estudos em Olimpismo (GEO) da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (EEFE-USP). Contato: jornalismo_william@yahoo.com.br

Introdução

A cada quatro anos o mundo esportivo volta suas atenções para um lugar. Durante algumas semanas, os melhores atletas do mundo de diversas modalidades se reúnem para uma disputa de simbolismo único: os Jogos Olímpicos. Uma criação dos gregos, que foi retomada no final do século XX por idealistas, entre eles o Barão Pierre de Coubertin, conhecido como o “pai” dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, que tiveram sua primeira edição em 1896.

Ao longo dos anos, os Jogos passaram por diversas transformações. A começar pela entrada e saída de modalidades do programa olímpico, além de mudanças estruturais e políticas. Rubio (2010) aponta a existência de quatro períodos na disputa olímpica da Era Moderna: Fase de estabelecimento - de Atenas 1896 a Estocolmo 1912; Fase de afirmação - Antuérpia 1920 a Berlin 1936; Fase de conflito - de Londres 1948 a Los Angeles 1984; e Fase profissional - de Seul 1988 até os dias atuais.

Porém, o esporte não é uma ciência exata e a periodização acima, apesar de trazer grandes avanços e servir como uma referência, deve ser vista como um caminho aberto para entender algumas particularidades do esporte. Conforme aponta Pires (2007), as mudanças não ocorrem de maneira repentina e apesar de ser possível realizar uma divisão por períodos é preciso ressaltar que, em muitos casos, as características relativas a cada período se sobrepõe. Para entender tais mudanças, podemos recorrer à “Teoria da Curva Sigmoide”, que ajuda a entender como as mudanças são desencadeadas.

A teoria é válida pois ajuda a entender alguns conflitos existentes na estrutura olímpica: ao mesmo tempo em que um paradigma domina, outros surgem e substituem a forma anterior de se pensar/agir. Um dos grandes conflitos entre paradigmas ligados aos Jogos Olímpicos da Era Moderna é o existente entre amadorismo e profissionalismo – uma dualidade que permeia os Jogos desde a sua primeira edição até os dias atuais.

Seguindo a periodização indicada por Rubio (2010), podemos considerar que hoje o Movimento Olímpico vive a fase do profissionalismo. De acordo com o jornal Meio e Mensagem², Só em direitos de transmissão de TV, o Comitê Olímpico Internacional arrecadou US\$ 3,9 bilhões entre 2010 e 2012, com as edições olímpicas de Vancouver (inverno) e Londres (verão). Porém, mesmo com tamanhas cifras envolvidas, ainda há alguns conflitos. O mais evidente é o boxe – modalidade na qual até os Jogos Olímpicos de 2012

²As impressionantes cifras olímpicas. Disponível em <http://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/ponto_de_vista/2012/07/31/As-impressionantes-cifras-olimpicas.html> acesso em 11/04/14

existia uma limitação que atletas profissionais não podiam lutar. Esta limitação foi modificada com um novo estatuto da Associação Internacional de Boxe (AIBA), validado em 2010, que passou a considerar os lutadores olímpicos como “profissionais”, porém, eles só podem disputar combates profissionais organizados pela AIBA, não podendo disputar cinturões de outras entidades (Federação Internacional de Boxe, Conselho Mundial de Boxe etc.). Sobre a necessidade de mudanças, Pires aponta um grande entrave: a resistência por deixar aquilo que “vem dando certo” e apostar em algo novo.

Descobrir o momento exato para se iniciar essa mudança é a operação mais difícil [...] a mudança tem que ser realizada quando se começa a compreender que as capacidades de um dado sistema vão entrar em colapso num futuro mais ou menos próximo [...] O problema é que, muitas vezes, a vontade de mudar só surge quando a energia vital para a mudança ou já é muito reduzida, ou não existe. (PIRES, 2007, p. 26).

Em algumas modalidades, a dualidade entre amadores e profissionais foi resolvida anteriormente. Neste aspecto, os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, foram emblemáticos. Neles, os jogadores de basquete da principal liga profissional do mundo, a NBA, puderam participar. A competição contou ainda com a presença dos principais tenistas do mundo, uma tendência que se mantém até os dias atuais.

Porém, no sentido oposto de outras modalidades, o boxe se fechou, tendo vivido um período de recrudescimento das regras contra o profissionalismo recentemente. A partir dos Jogos de 1984, em Los Angeles, foram implementados os capacetes, acessório inexistente no boxe profissional. A adoção dos mesmos foi mantida até os Jogos de Londres 2012. Curiosamente, neste instante vive-se uma aproximação entre o boxe olímpico e o profissional: para os Jogos de 2016, no Rio de Janeiro, não haverá mais o uso do capacete e o sistema de contagem dos pontos será mais próximo do adotado em lutas do boxe profissional.

Esta dicotomia entre o “boxe profissional” e o “boxe olímpico” acabou por criar duas categorias de atletas, uma vez que aqueles que se dedicam ao olimpismo não podem competir com os demais. Até 2013, tanto o boxe profissional quanto o olímpico são regulados no Brasil pelo mesmo órgão: a Confederação Brasileira de Boxe (CBBoxe). De acordo com o artigo primeiro do capítulo I do regulamento técnico da CBBoxe “São considerados profissionais todos os boxeadores que tenham competido por prêmios em dinheiro”. Esta era a principal distinção entre as duas categorias. Hoje, a CBBoxe é responsável apenas pelo boxe olímpico.

Apesar de não receber prêmios em dinheiro nas competições, os boxeadores que optam pelo boxe olímpico já tinham salários e recebem apoio dos Comitês Olímpicos Nacionais. Assim, este artigo visa responder às seguintes questões: como a dicotomia entre amadorismo e profissionalismo no boxe olímpico influencia na carreira dos atletas? O amadorismo no boxe olímpico é algo existente de fato, ou os atletas que disputam esta modalidade são apenas profissionais ligados a uma entidade diferente dos “profissionais”?

Para responder à estas questões, o trabalho utilizará como referencial teórico o livro “Corpo e Alma, notas etnográficas de um lutador de boxe”, de Loïc Wacquant, buscará fazer um resgate histórico sobre o olimpismo e utilizará entrevistas feitas com boxeadores que representaram o Brasil e posteriormente deixaram seus depoimentos sobre suas trajetórias para o projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros”, desenvolvido na Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (EEFE/USP). Também foi realizada uma entrevista com o atual presidente da CBBBoxe, Mauro Silva, que comanda a entidade desde 2009. Os livros *Atletas do Brasil Olímpico* (Rubio, 2013) e *Boxe a Negação do Desporto* (Ferreira, 1967) e *Agôn Gestão do Desporto – O Jogo de Zeus* (Pires, 2007) também ajudam a compor o referencial deste artigo.

Boxe – das origens aos Jogos Olímpicos

O boxe é praticado desde a Antiguidade. Vieira e Freitas (2007) afirmam que algumas obras informavam haver lutas com as mãos 7.000 anos antes de Cristo, mas ressaltam que “A maioria dos historiadores, porém, prefere trabalhar com uma marca diferente, informando que o boxe teria surgido formalmente cerca de 4 mil ou 3 mil anos antes da era cristã”.

Ainda muito diferente do boxe atual, o pugilismo passou a fazer parte do programa olímpico dos Jogos da Antiguidade na edição número 23, no ano de 668 a.C, de acordo com Vieira e Freitas (2007). “O primeiro grande campeão olímpico na modalidade foi o romano Onomasto de Esmirna, lutando com um tipo de protetor de tela metálica em cada mão, o chamado cestus, que fazia o papel da atual luva de boxe”. Porém, a violência sempre esteve ligada a este esporte, desde os primórdios. Tanto que o boxe chegou a ser proibido.

Alguns historiadores afirmam que o boxe teria sido uma das primeiras modalidades que foram proibidas quando os gregos passaram a ser governados por cristãos ortodoxos. Essa restrição teria sido imposta antes mesmo do decreto que formalizou o fim dos Jogos Olímpicos, considerados, então, um culto pagão (VIEIRA; FREITAS, 2007, p. 11).

Mesmo sem a existência dos Jogos Olímpicos e sem uma organização formal, os confrontos usando as mãos continuaram a existir, principalmente em outras regiões do mundo e com algumas variações (boxe egípcio, chinês, indiano etc). Por volta de 1.400 da era Cristã, as lutas voltaram a ganhar força na Inglaterra. De acordo com Feitosa, Leite e Lima (2004), as apostas tornaram-se uma febre em território inglês nos séculos dezesseis e dezessete.

“Entre 1550 e 1600, as apostas tornaram-se verdadeira febre em toda a Europa: apostava-se de tudo e sobre qualquer coisa. Logo alguém teve a ideia de trazer as lutas de vale-tudo das feiras para locais que, além de atraírem multidões de apostadores, tinham uma infraestrutura que permitia se cobrar ingresso, possibilitando assim dar lucro para os promotores e uma bolsa maior para os lutadores. [...] Com a proibição de lutas entre animais, até mesmo o Royal Theatre de Londres passou a ser palco para torneios regulares de pugilismo vale-tudo. Mais do que isso, a popularidade do pugilismo ficou tão grande que ele acabou sendo incorporado ao estilo de vida das pessoas, tornando-se uma verdadeira característica do povo inglês” (FEITOSA, LEITE E LIMA, 2004, p.297).

Com tal crescimento, aos poucos, o boxe foi ganhando regras e passou a se organizar. Conforme é destacado pela Federação Rio-Grandense de Pugilismo (FRGP), as primeiras regras do boxe foram feitas em 1743, por Jack Broughton. Um dos principais avanços deste conjunto de regras foi o respeito ao adversário caído.

No início do século XIX, o pugilismo passou a ser pressionado para a ilegalidade na Inglaterra, principalmente devido à violência. Para tentar minimizar a pressão governamental sobre o esporte, um novo conjunto de regras passou a ser adotado em 1838, e ficou conhecido como “As Regras de Londres”, que teve como destaque a separação dos atletas por peso. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, o boxe seguia em crescimento e já era praticado nas tradicionais universidades de Oxford e Cambridge. E um novo conjunto de regras, criado em 1867, ajudou nesta popularização. As “Regras do Marquês de Queensberry” foram criadas por John Graham Chambers, proprietário de uma academia de boxe amador em Londres.

As lutas clandestinas e sem a preocupação de seguir normas seguiram. Porém, com a existência de um conjunto de normas, o boxe amador pôde, enfim, ganhar espaço e ser praticado de um modo padrão em todo o planeta. De acordo com a FRGP, em 1880, em Londres, foi fundada a Amateur Boxing Association (ABA), a primeira entidade a regulamentar a modalidade. Oito anos depois, os norte-americanos criaram a Amateur Sporting Union (ASU). O esporte era popular nos Estados Unidos e esteve no programa

olímpicos dos Jogos de Saint Louis, em 1904. Porém, ainda sem uma organização mundial, o torneio foi dominado pelos norte-americanos.

Os lutadores dos Estados Unidos chegaram com tudo, levando todas as medalhas de ouro do pugilismo, nas sete categorias que foram disputadas em Saint Louis 1904 (mosca, galo, pena, leve, meio-médio ligeiro, médio e superpesado). Naquela ocasião o boxe integrou a agenda de competições, mas só passou a ser realmente um esporte olímpico, oficialmente reconhecido como tal, nos Jogos de Londres 1908. (VIEIRA; FREITAS, 2007, p. 13).

A entrada para o programa olímpico, porém, não foi um passaporte definitivo para o esporte, que ainda convivia com a pecha de violento. Nos Jogos de Estocolmo, em 1912, o boxe ficou de fora, pois uma lei sueca proibia a prática da modalidade no país. O boxe voltaria, porém, ao programa olímpico em 1920, sob a batuta da FIBA (Federação Internacional de Boxe), fundada naquele ano e que permaneceria como entidade responsável pelo boxe amador até o ano de 1946. Em 46, a FIBA foi substituída pela Associação Internacional de Boxe (AIBA), a qual continua sendo a entidade máxima do boxe olímpico no mundo até os dias atuais. Com sede na Suíça, a entidade tem quase duzentos países filiados.

Em paralelo ao desenvolvimento do boxe amador, caminhava o boxe profissional. Os pagamentos de bolsas e parte da arrecadação das apostas aos lutadores eram comuns. Mas é nos Estados Unidos que se vê, mais claramente, os primeiros passos do profissionalismo. Em 1920 foram criadas as duas primeiras entidades norte-americanas para reger o boxe: a NYSAC (New York State Athletic Commission), um órgão do governo do estado de Nova York, e a NBA (National Boxing Association).

Simultaneamente, o esporte ganhava corpo em outros países. Em 1928 nasce a IBU (International Boxing Union), com o intuito de regular a modalidade. Porém, várias entidades paralelas continuaram a existir e não houve uma união em torno do direito de proclamar os campeões mundiais de boxe. A disputa por poderes durou décadas, até que nos anos 60 as duas entidades norte-americanas começaram a perder destaque e passaram por um processo de modificação, para se tornarem internacionais. A NBA se transformou em World Boxing Association (WBA, ou Associação Mundial de Boxe) e no ano seguinte surgiu o World Boxing Council (WBC, ou Conselho Mundial de Boxe). Nos anos 80 surgiram mais duas entidades: a Federação Internacional de Boxe (IBF) e a Organização Mundial de Boxe (WBO), lideradas principalmente por latinos. A existência de tantas entidades cria um conflito

para a definição dos campeões mundiais, já que cada entidade tem o seu vencedor. Quando um atleta consegue os títulos da Associação Mundial de Boxe e do Conselho Mundial de Boxe, este é chamado de “campeão unificado”. Porém, além destas quatro principais, há dezenas de outras entidades que promovem lutas profissionais de boxe.

No Brasil

As origens do boxe regulamentado no Brasil estão em São Paulo. De acordo com Feitosa, Leite e Lima (2004), o primeiro registro de uma luta no país é de 1913. Os dados, porém, são escassos.

Assim como em outros países, o boxe também enfrentou resistência para entrar no Brasil. De acordo com Viera e Freitas (2007) “muitas vezes, as lutas não eram vista com bons olhos e eram tidas como ‘coisas ligadas ao mundo marginal’”. O esporte passou por altos e baixos, ligados ao sucesso ou a lesões dos atletas. Ainda na década de 20, o Clube Espéria, de São Paulo, foi palco de lutas. O embrião de uma organização mais rígida, porém, só surgiu na década de 30, no Rio de Janeiro.

Em 1932, o desenvolvimento do boxe em SP sofreu uma estagnação devido à Revolução ocorrida naquele ano que paralisou a economia e a vida social do estado. Entretanto, no país como um todo os anos seguintes foram produtivos para o boxe: criaram-se federações estaduais – começando por RJ e SP – surgindo assim condições de os boxeadores profissionais brasileiros disputarem oficialmente títulos internacionais, como também os amadores poderem participar de torneios e campeonatos no exterior. Em 1933 foi fundada a Federação Carioca de Boxe, núcleo inicial da atual Confederação Brasileira de Boxe-CBBx. (FEITOSA; LEITE e LIMA, 2004, p.295)

A Federação Brasileira de Pugilismo, nesta época, não se dedicava apenas ao boxe, mas também era a responsável por administrar outras modalidades, como o jiu-jítsu e judô. Mesmo com esta organização nos anos 30, vale lembrar que os primeiros brasileiros só chegaram aos Jogos Olímpicos em 1948. O Brasil teve três representantes: Manoel Francisco do Nascimento, Ralph Benedito Zumbano e Vicente Antônio dos Santos.

Nos anos 50, o esporte ganhou adeptos e popularidade no Brasil, conforme detalham Vieira e Freitas (2007, p. 20 e 21). “As lutas eram verdadeiros espetáculos técnicos. Alguns dos grandes boxeadores da época eram Kaled Curi, Luisão, Ralf Zumbano e Éder Jofre, que faria sua estreia como amador aos 17 anos, em 1953”

Na categoria peso-galo, Jofre foi campeão mundial entre os profissionais: em 1960 conquistou o título mundial pela Associação Mundial de Boxe. O brasileiro conseguiu ainda a unificação do título, ao ser campeão da União Europeia de Boxe. Na década de 70, passou ao peso pena. E conquistou o título mundial pelo Conselho Mundial de Boxe, em 1973. Nos anos 60, o Brasil viu também surgir um grande nome entre os amadores: Servílio Sebastião de Oliveira, medalhista de bronze nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968, no peso mosca. Servílio se profissionalizou um ano depois da conquista. Entre os profissionais, o Brasil teve ainda outro campeão mundial nos anos 70: Miguel de Oliveira, médio-ligeiro, que levou o título do Conselho Mundial de Boxe, em 1973.

Na década de 80, o boxe brasileiro teve como sua principal estrela o peso-pesado Adílson Rodrigues Maguila. Entre os amadores, o país também colecionou participações em Jogos Olímpicos, mas sem medalhistas.

Nos anos 90, um baiano reconduziu o Brasil ao topo do boxe profissional: Acelino Freitas, o Popó, da categoria superpena. Popó conquistou o título da Organização Mundial de Boxe em 1998. Quatro anos depois, em 2002, unificou o título com o da Associação Mundial de Boxe. Popó ainda “subiu” para a categoria dos leves, onde conseguiu conquistar o título mundial da Organização Mundial de Boxe, em 2004. Em 2006, outro brasileiro conseguiu chegar ao topo do boxe mundial. Valdemir dos Santos Pereira, o Sertão, foi campeão mundial pela Federação Internacional de Boxe. Sertão havia defendido o Brasil nos Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000, sem sucesso.

Após a medalha olímpica de Servílio de Oliveira, em 1968, o Brasil viveu um jejum de 44 anos, só quebrado em Londres. De lá vieram três medalhas: prata com Esquiva Falcão Florentino e bronzes com Yamaguchi Falcão Florentino e Adriana Araújo. Adriana é baiana, de Salvador. Já os irmãos Falcão nasceram no Espírito Santo.

Referencial Teórico

A dicotomia entre o esporte amador e o profissional e sua influência nos Jogos Olímpicos não é nova. Conforme aponta Rubio (2013) nas primeiras edições olímpicas da era moderna, o profissionalismo era um impeditivo tal qual o doping nos dias atuais. E tal tabu permaneceu ao longo de muitos anos, afetando vários atletas, das mais diversas modalidades.

Para entender esta dualidade é preciso, antes de tudo, conceituar amadores e profissionais. Para isso, podemos recorrer a Ferrando (*apud* Rubio 2013, p.80). O autor define amador como “aquele que nunca tenha tido treinadores nem treinamento em sua atuação esportiva. A ênfase dada à prática esportiva não remunerada da burguesia europeia de finais do século XIX e início do século XX foi mantida pela maioria dos dirigentes do movimento olímpico contemporâneo.” Já o profissional é “um novo tipo de trabalhador que vende sua força de trabalho (capaz de produzir um espetáculo que atrai multidões); é um valor de troca regulado pelas leis de oferta e procura do mercado. O amadorismo deixou de existir desde que o atleta profissional se tornou um profissional do espetáculo muscular”

Tal definição é válida, porém deve ser vista com parcimônia. Afinal, partindo deste princípio poderíamos questionar se em algum momento houve verdadeiramente amadorismo nos Jogos Olímpicos, que sempre atraíram um grande público.

Para compreendermos melhor esta adequação dos Jogos Olímpicos, com a aceitação dos profissionais, podemos recorrer a Pires (2007). Para ele, a situação do desporto atual não pode ser considerada a mesma de anos atrás.

Se o desporto, hoje, já não é o que era, podemos com a mesma certeza afirmar que o desporto de amanhã não será, certamente, aquilo que hoje conhecemos... é necessário compreender os processos que determinam a mudança, para se compreender aquilo que tem vindo e está a acontecer ao desporto. Questionar hoje o desporto, a sua organização e as práticas desportivas é, antes do mais, criar as condições para que o desporto possa, mais uma vez, renascer (PIRES, 2007, p. 27).

Uma das provas da mudança de como este conflito ocorre é a comparação entre dois casos ocorridos com atletas brasileiros, um nos anos 50 e outro na década atual. Logo após os Jogos Olímpicos de 1952 o saltador Adhemar Ferreira da Silva foi obrigado a recusar uma casa, que lhe seria entregue como prêmio pelo bom desempenho nos Jogos de Helsinque. “Sabendo que ao aceitar aquela doação isso se configuraria como um ganho sobre seu feito atlético, Adhemar recusou a oferta para poder competir”. (Rubio, 2013, p. 63)

Curiosamente, um caso semelhante ocorreu após os Jogos Olímpicos de Londres, em 2012. Os boxeadores Esquiva e Yamaguchi Falcão tiveram a casa onde vivem em Vitória (Espírito Santo) totalmente reformada por um programa de TV. Desta vez, porém, não houve polêmica com relação ao prêmio e os dois, apesar de ser considerados praticantes do boxe “amador” puderam receber o prêmio.

Retornando à dualidade entre o profissionalismo e amadorismo, é importante destacar que este não é um problema exclusivo dos atletas brasileiros. Prova disto está no relato de Wacquant (2002) sobre a situação em um ginásio norte-americano. Durante três anos, entre 1988 e 1990, o sociólogo conviveu com atletas em uma academia em Chicago. Antes de chegarmos às conclusões de Wacquant, é interessante abrirmos um parêntese para uma reflexão feita pelo autor sobre os estudos a respeito do pugilismo.

Uma sociologia do boxe deve evita o recurso fácil ao exotismo pré-fabricado da vertente pública e publicada da instituição – as lutas, grandes ou pequenas, o heroísmo da ascensão social do miraculado [...] a vida e a carreira fora do comum dos campeões. Ela deve aprender o boxe pelo lado menos conhecido e espetacular: a cinzenta e lancinante rotina dos treinos na academia, da longa e ingrata preparação, inseparavelmente física e moral, que preludia as breves aparições sobre as luzes da rampa, os ritos ínfimos e íntimos da vida do gym, que produzem e reproduzem a crença que alimenta essa economia corporal, material e simbólica, muito particular que é o mundo do pugilismo” (WACQUANT, 2002, p. 22).

Durante os anos em que estive na academia, Wacquant pôde constatar em diversas vezes o conflito entre amadores e profissionais.

A grande maioria dos boxistas amadores não “vira” profissional, de modo que estes últimos constituem um grupo fortemente (auto) selecionado. Aí, de novo, a transição de uma categoria para outra tem mais chances de ser bem-sucedida se o combatente puder ser apoiado por um ambiente familiar e social dotado de um mínimo de estabilidade (WACQUANT, 2002, p. 70 e 71).

Wacquant destaca a decisão de se tornar profissional ou manter-se no amadorismo como uma das decisões mais difíceis na carreira dos boxeadores, e exemplifica ao citar o caso do boxeador Kenneth Gould, conhecido como The Candy Man. O atleta, um dos expoentes do boxe olímpico nos Estados Unidos, preferiu disputar os Jogos de Seul, em 1988, a se profissionalizar. Na visão do técnico responsável pela academia onde Wacquant treinou, Gould iludiu-se com a esperança olímpica e perdeu o momento de se profissionalizar. Segundo o autor, o erro do talentoso pugilista foi ocasionado pela má orientação recebida. “Munido de um empresário inexperiente ou mal situado nas redes de influência, Gould teimara a todo custo em disputar as Olimpíadas de Seul.” (WACQUANT, 2007, p. 161)

Porém, paradoxalmente à visão da perda de dinheiro, o autor complementa que “Se ele [Kenneth Gould] tivesse ganho os Jogos Olímpicos, teria ganho também um bônus de trinta ou quarenta mil dólares, na bucha.”(WACQUANT, 2007, p. 162).

Outro ponto crítico no tocante à profissionalização dos boxeadores é o trabalho realizado pelos agentes, empresários ou “managers”. Ferreira diz que:

Muitas vezes o seu proprietário é ao mesmo tempo o seu ‘manager’, o homem que aconselha em tudo, dando até, muitas vezes, por ele, as entrevistas para os jornais. Aquele é o mentor, o cérebro; o pugilista o músculo. O ‘manager’, na ‘hora da verdade’, fica de fora das cordas do ringue, orientando, mas o seu pupilo é que se expõe aos socos do adversário, arriscando a saúde e a própria vida. (FERREIRA, 1967, p. 80)

Porém, como destaca Wacquant (2000, p. 127 e 128), muitas vezes os próprios pugilistas têm noção da desonestidade de alguns agentes e citam abertamente os problemas enfrentados no dia-dia. “Os lutadores são unânimes em afirmar que esse jogo está cheio de ‘empresários ladrões’ [...] ‘Quem anda por aí com sapatos de couro são eles, não nós’”.

Em suas críticas ao boxe, Ferreira (1967, p. 82 e 83) discute a questão dos lucros obtidos pelos empresários, chegando a “invocar” o espírito do amadorismo, ao afirmar que “Um desporto, mesmo profissionalizado, não pode servir de pretexto para enriquecer indivíduos em detrimento da saúde de seus praticantes. A verdade é que o boxe profissional constitui um meio vergonhoso de exploração”.

O autor faz ainda outra provocação, ao questionar a prática amadora do boxe: “Existirá de facto a prática verdadeiramente sem interesse material do pugilismo? Se existem tais casos, são raros. O amadorismo puro é uma mentira porque o que verdadeiramente existe são os falsos amadores ou os profissionais encapotados”.

Análise

A primeira participação de pugilistas brasileiros nos Jogos Olímpicos ocorreu em Londres, no ano de 1948. De lá para cá, o Brasil teve representantes em todas as edições: foram 70 participações, com 60 atletas diferentes (um participou de três edições, oito participaram de duas e 51 foram a apenas uma edição). O boxe feminino só foi introduzido na Olimpíada em 2012, assim, as três representantes brasileiras na modalidade eram debutantes.

Assim como já adiantamos, este trabalho será baseado no referencial teórico e em entrevistas realizadas pelo Grupo de Estudos em Olimpismo da Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (EEFE-USP) com atletas. Assim, temos o relato de treze boxeadores que representaram o Brasil em Jogos Olímpicos – o que representa 21,6% do universo de pugilistas olímpicos brasileiros. Para preservar a identidade, os atletas serão identificados por letras – (de A até M).

Dentre os boxeadores que terão depoimentos utilizados neste trabalho, o mais velho esteve presente nos Jogos Olímpicos da Cidade do México, em 1968. Os depoimentos se estendem até a participantes dos Jogos Olímpicos de Londres, 2012, e a atletas que ainda estão em atividade. Também foi realizada uma entrevista com Mauro Silva, atual presidente da Confederação Brasileira de Boxe (CBBoxe).

Dentre os atletas abrangidos pelo universo deste artigo, oito atuaram tanto no boxe olímpico como profissional (A, B, G, H, I, J, K e L), sendo que outros cinco dedicaram-se exclusivamente ao boxe olímpico (C, D, E, F e M). É importante pontuar que dois dos boxeadores que se profissionalizaram concederam a entrevista quando ainda eram olímpicos.

Outro ponto que podemos destacar é que dentre os pesquisados, oito tiveram empregos paralelamente à carreira de boxeador (A, C, D, E, F, G, J e M) e cinco se dedicaram exclusivamente ao esporte (B, H, I, L, K).

Todos os cinco boxeadores olímpicos conciliam/conciliaram a carreira com outras atividades profissionais. Porém, é preciso destacar que três deles (C, D e E) conciliam a atividade de boxeador com a carreira militar. Apesar de ser um oficial da Marinha, o boxeador “E” admite sua dedicação exclusiva ao esporte. “A minha vida toda foi fazendo isso. Até hoje não tenho nem carteira de trabalho, entendeu. Nunca trabalhei de carteira assinada, sempre fiz bico ali, bico aqui, hoje graças a Deus consegui entrar por forma de resultado e concurso na Marinha do Brasil, então tô representando a Marinha também, representei agora nos Jogos Mundiais Militares e me consagrei um bronze lá.”

Dentre os atletas que atuaram como profissionais, três conciliaram a carreira de boxeador com outros empregos (A, G e J), tendo os outros cinco (B, H, I, K, L) se dedicado exclusivamente ao esporte. Dentre os que se dedicaram exclusivamente ao esporte, estão os dois atletas que ao conceder a entrevista ainda não haviam se profissionalizado. Esta estatística cria a “ilusão” de que o profissionalismo garante uma receita fixa aos atletas, tese que é rechaçada pela maioria dos relatos. O atleta A relata: “Eu trabalhava na prefeitura, e não

deixava a Prefeitura, não deixava [...] Na época do Collor, se eu tivesse deixado o meu trabalho, se eu tivesse deixado o trabalho e só praticado o esporte? [...] Aí o esporte me deu, eu saí do esporte e fiquei só com o meu salarinho, pra você ter uma ideia, fiquei só com o meu salarinho da prefeitura. Não, e treinando, porque eu... porque eu, acabou tudo. Eu fiquei assim oh! E aí onde eu me apaguei? No meu trabalho, entendeu?”.

A tese é reforçada pelo atleta B. “No boxe profissional, você tem o lance ainda, você luta, você faz uma grana, você tem o lance de faz uma luta e ganha um dinheiro, então isso te dá um fôlego pra você ficar mais uns dois, três, quatro meses ali, é.. se preparando pra tentar mais uma vez.”

Dentre os atletas que se dedicaram exclusivamente ao boxe amador, pode-se perceber claramente que há um conceito formado que o valor pago aos profissionais é baixo e que não é financeiramente interessante buscar o profissionalismo. Quando questionado sobre a possibilidade de atuar profissionalmente, o atleta E é enfático. “Hoje eu não pretendo porque eu já vi vários amigos meus passar profissional, e chegar e passar dificuldade, entendeu. Chegar e poxa, você tá ganhando mil, mil e quinhentos reais num clube, não precisa nem estar na seleção, no clube ou no seu Estado, mas passando pro profissional hoje, às vezes você pega um patrocínio bom, às vezes ganha pouco, às vezes ganha por bolsa, que é muito difícil, pra arrumar uma luta profissional no Brasil é muita burocracia, entendeu?”.

O atleta M segue a mesma linha, citando números que ajudam a entender ainda melhor a questão do pagamento aos olímpicos. “eu sei como é a carreira de um boxeador profissional no Brasil. Não ganha nada. Compensa mais você ser um atleta amador no Brasil, hoje ainda, porque você ser um atleta profissional no Brasil sem patrocínio, não tem condição e não compensa. Um atleta hoje da seleção brasileira ganha em torno de 3,5 mil, 5 mil, 6 mil reais”

O ponto de vista dos atletas é compactuado pelo presidente da CBBoxe, que critica o modo como o boxe profissional foi conduzido no Brasil ao longo dos últimos anos. Segundo ele, nunca houve uma preocupação de agentes e empresários em formar atletas, o que aumentou o atrito entre o boxe olímpico e o profissional. “Quando que você viu o Conselho Mundial de Boxe ajudar algum atleta olímpico? Nunca. Quando você viu a Organização, Associação a Federação Internacional de boxe? Nunca. Aí eles ficam sentado, esperando os países desembolsarem, os comitês olímpicos, os ministérios, preparar o atleta por oito anos, ele ir numa Olimpíada, sair bem e aí ele chega ‘olha eu sou o salvador da sua pátria, vou investir aqui 100 milhões de dólares”.

É curioso ainda destacar que um dos atletas que concedeu entrevista como amador, e depois se profissionalizou, parecia satisfeito com as condições financeiras que o boxe olímpico o proporcionava. “Hoje eu posso botar a cabeça no travesseiro e saber que amanhã eu tenho... eu tenho condições de ir pra academia, pegar meu carrinho, né? Hoje eu posso chegar em casa e ter o bom e o melhor, assim, pra descansar, pra comer, né? Então é uma coisa assim, né?”

Há, porém, quem tenha outro ponto de vista. É o caso do atleta K, que se profissionalizou e critica a postura de alguns companheiros. “Boxeador mesmo se acaba, ele mesmo, ficando ‘eu sou coitadinho, dos esportes eu sou coitadinho’ quando na verdade ninguém é coitadinho, hoje, as informação tá aí pra quem quer, ficou muito pequeno, hoje ficou muito pequeno, mesmo com a internet.”

O pagamento de salários e as condições oferecidas pela CBBoxe, hoje, são atrativos para que os atletas se mantenham na disputa olímpica. Há diversos relatos que apontam como positivo o apoio oferecido e até mesmo a questão salarial. O presidente da entidade admite que os atletas são contratados. Todos têm um contrato, mas nenhum deles registro em carteira. Segundo Mauro Silva, tal procedimento segue uma regulamentação. “Nós pagamos salários, eles recebem, nós pagamos ali alimentação, equipe multidisciplinar completa, alojamento [...] Aí eu tenho um contrato, não tem registro em carteira não, tem um contrato que a Lei Pelé determina e autoriza assim. É tudo baseado em lei.” É importante destacar, porém, que a carreira de pugilista existe no Código Brasileiro de Ocupações e é possível registrar uma pessoa como pugilista. De acordo com dados obtidos juntamente ao Ministério do Trabalho, em janeiro de 2014 havia 19 trabalhadores registrados como pugilistas no Brasil. Em contrapartida, 30 boxeadores olímpicos têm contrato com a Confederação Brasileira de Boxe, entidade que recebe, em média, seiscentos atletas por edição de Campeonato Brasileiro.

O atleta C conta que esteve prestes a se profissionalizar após uma disputa olímpica, chegando a assinar contrato com um dos principais empresários do país. Porém, foi dissuadido da ideia pela comissão técnica do boxe olímpico do país. “Eu tinha um treinador que eu acreditava muito nele, confiava muito nele que era Juan Garcia, Paco, que é um dos melhores treinadores que a seleção já teve. E ele começou a colocar na minha cabeça. “Campeão, como é que você vai passar profissional? Você é um dos atletas, dos poucos atletas que temos aqui na seleção que tem toda a condição de buscar uma medalha, e você vai passar profissional assim, e tal?””.

O atleta E explica que o boxe olímpico, hoje, permite aos atletas terem diversas fontes de receita simultaneamente. “Eu faço parte do patrocínio do governo federal, patrocínio do Bolsa-Atleta do governo federal e eu tive que abrir mão desse patrocínio do governo do Pará, que era Ceel, Bolsa-Talento, porque não poderia ter dois patrocínios pela regra do, pelo contrato do governo federal tinha que ser só aquele patrocínio. Hoje já abriram, já abriram pra outros patrocínios, hoje pode ter vínculo com vários patrocínios, tô tentando conseguir de novo vários patrocínios”, pontua.

Mesmo distantes do ringue há algum tempo, ex-atletas reconhecem que o trabalho realizado pelas entidades que administram o esporte mudou. Apesar de o boxe olímpico ainda ser conhecido no meio esportivo como boxe amador, um dos ex-pugilistas é taxativo ao afirmar que as condições atuais são diferentes de décadas anteriores. “Primeiro não tinha profissionalismo no esporte, o profissionalismo que eu falo, que hoje a maior parte dos atletas, que estão se preparando, têm índice olímpico, todos eles recebem uma bolsa de algum lugar.”

A mudança de postura da CBBBoxe também pode ser percebida no incentivo que antes era dado à profissionalização dos atletas. Conforme relata o boxeador A, ele ainda estava nos Jogos Olímpicos e os dirigentes já planejavam sua carreira como profissional. “Quando eu vim das Olimpíadas, o Newton Campos da Federação já logo, já me falou ‘[Atleta A], passando, você já vai ter o apoio da Luque propaganda, da Luque’. Aí já fui lá, assinei contrato, tava tudo certo já, quando eu fui disputar a Olimpíada, pra eu passar pro profissional, mas eu não tava sabendo.”

Este mesmo atleta, porém, admite que dali em diante sua carreira passou a ser gerenciada por empresários, e não pela CBBBoxe. Para o atleta A, o auge foi a assinatura de um contrato com um dos principais empresários do mundo pugilístico. “Aí fui e assinei contrato com o Don King, fiz contrato com o Don King por quatro anos.”

Ao citar o incentivo para a manutenção no boxe olímpico, o presidente da CBBBoxe cita o exemplo de atletas que recentemente optaram pelo profissionalismo. “O desejo de ir para o boxe profissional, o sonho de Las Vegas, foi mais forte pra eles. Eles saíram ganhando muito menos do quê eles estavam ganhando aqui”.

Esta afirmação do dirigente deixa claro que não há mais amadorismo no boxe olímpico. O que existe, na realidade, é uma organização (AIBA) que controla o boxe olímpico

de uma maneira profissional e que restringe a participação em Jogos Olímpicos aos atletas que estão ligados à entidades (confederações nacionais) associados à ela.

Outros depoimentos dos atletas ajudam a corroborar esta tese. A carga de treinamentos imposta a um atleta olímpico é absolutamente incompatível com a rotina de um “amador”. O atleta B recorda que o aumento no volume de treinos, quando ele ainda era considerado um boxeador olímpico, tornou impossível conciliar o boxe com outras atividades. “Eu tava acostumado a treinar, a treinar no Corinthians, eu treinava o quê, três vezes por semana, quatro vezes por semana, às vezes todo dia. Mas era um treino único, diário. Então, a partir de 2000 quando a gente se juntou em Santo André, com a seleção, esses treinamentos passaram a ser duas vezes ao dia, às vezes até três vezes ao dia, e uma carga muito forte. A gente fazia treinamento de duas horas e meia, três horas, e à tarde mais duas horas, três horas de treino.”

O presidente da CBBBoxe, porém, é resistente ao afirmar que os atletas se profissionalizaram. “Isso é boxe olímpico, não tem nada haver com boxe profissional [...] A confederação se profissionalizou, não eles. Aí sim, foi gerada a condição. Aí sim foi gerada a condição, para eles, se tornarem profissionais nesse sentido, e poderem se dedicar.”

Com tal estrutura para praticar o boxe, os pugilistas olímpicos brasileiros participam atualmente de alguns campeonatos amadores, como os Jogos Abertos. De acordo com o presidente da CBBBoxe, a confederação tem uma preocupação em não marcar outros campeonatos com a mesma data desta competição, para não prejudicar o ganho financeiro dos atletas. O que mostra, mais uma vez, serem estes profissionais, e não amadores. “A gente não impede que eles representem um clube, que eles ganhem algum dinheiro a mais. Não. A exclusividade é da Confederação, ele treina aqui, caminha aqui e vai pros campeonatos que nós temos. Se nós pudermos colocar campeonatos que não atrapalha os Jogos Abertos, isso eu faço, eu sempre coloco os campeonatos fora, pra que eles vá disputar os Jogos Abertos, dê peso a isso, represente as suas cidades. Isso a gente faz, não, não atrapalha”, afirma.

Sonho Olímpico x Sonho de Fortuna

Vários boxeadores olímpicos brasileiros se inspiraram em grandes nomes do boxe profissional para começar a praticar o esporte. Porém, ao analisar as entrevistas concedidas pelos pugilistas, é possível observar que muitos desconheciam as diferenças entre o boxe olímpico e o profissional. O atleta M revela que sonhava ao mesmo tempo com a medalha olímpica e com as bolsas milionárias pagas aos profissionais. “O quê eu queria era ser

campeão olímpico e assinar um contrato nos Estados Unidos de um milhão de dólares. O que eu queria depois era isso [...] eu assistia luta, Mike Tyson, principalmente o Mike Tyson e Holyfield, eu achava que era, que era aquilo mesmo, que era daquele jeito, que o boxe no Brasil era daquele jeito. Quando eu vim pra São Paulo que eu caí na real, eu vi que não era aquilo, entendeu? Só que era tarde pra voltar. E pra reconquistar isso, como que eu faço? Aí, acompanhando o boxe, no dia-dia, né, vendo as histórias do boxe, como funciona. E eu procurei saber e entender melhor, e eu falei ‘isso é possível, mas pra isso eu teria que ser um campeão olímpico’, e comecei a trabalhar pra ser um campeão olímpico.”

Nem só os contratos milionários, porém, movem o sonho olímpico. O imaginário de disputar a maior competição esportiva do planeta mexeu com vários atletas. O pugilista K aponta que “É uma coisa muito grande, e é um acontecimento que é só sua aquela lembrança, não tem como eu passar isso pro meu filho. Eu posso contar história, eu vou contar história pra ele, mas aquele sentimento, aquela alegria de ter vivido aquele momento nos Jogos Pan-Americanos, nos Jogos Olímpicos, é só do atleta, é só você com você mesmo.”

O atleta K, que chegou a se profissionalizar, é outro a exemplificar o sonho olímpico. “E a emoção é diferente, também. Porque você vai subir ali, tá tendo aquela responsabilidade, ‘vou lutar o título do mundo, se eu ganhar mais dinheiro, mais isso aquilo’, atleta olímpico não, ‘se eu for campeão olímpico meu país, aquela medalha, aquele sonho’. São sonhos diferentes, objetivos diferentes, objetivo de ser campeão é o mesmo, de ser campeão, mas o sonho diferente, de uma forma diferente pra chegar naquele ouro, entendeu.” Este mesmo pugilista vai mais longe ao citar uma ética diferente entre o profissionalismo e o olimpismo. “O boxe profissional é um negócio pra todo mundo: promotor, pro gerente da carreira, pro treinador, pro lutador. O, eu falo, pra várias pessoas são negócios, um atleta só. Os Jogos Olímpicos é um negócio, mas pros, digamos assim, o boxe olímpico é um negócio pro organizadores do evento, lógico que é um negócio, envolve mídia, envolve dinheiro, tudo que envolve dinheiro é um negócio. Mas é uma coisa mais pura, mais limpa.”

Porém, o viés de negócio parece cada vez mais forte no boxe olímpico, principalmente após a AIBA iniciar a promoção de lutas profissionais, com o pagamento de bolsas e regras mais próximas às adotadas por outras entidades que controlam o boxe. O presidente da CBBoxe admite: a manutenção da exclusividade de atletas filiados à AIBA e a consequente proibição de profissionais ligados à outras entidades no boxe olímpico é uma forma de manter o poder sobre a modalidade. “Na verdade a AIBA é o empresário. Dentro dela tem a BMA

que se se criou, que é exatamente pra cuidar do AIBB, que é o boxe profissional, onde teremos luta de 12 rounds, entendeu [...] Mas a figura do empresário não, ela não tem.”

Considerações

A partir da bibliografia utilizada e com base no relato dos atletas, é possível concluir que o amadorismo no boxe olímpico é algo absolutamente inexistente. O que temos são profissionais, filiados a uma entidade que regula o boxe olímpico de maneira exclusiva – AIBA. Esta entidade, por ser a responsável pelo esporte junto ao Comitê Olímpico Internacional, faz uso da exclusividade e impede que atletas filiados a outros organismos que também regulam o boxe (Conselho Mundial de Boxe, Organização Mundial de Boxe, Federação Internacional de Boxe) inscrevam seus atletas dentro dos jogos olímpicos.

Tal impeditivo nada é mais é que uma reserva de mercado, para manter o poder sobre os boxeadores e entidades reguladoras das modalidades. No Brasil, até quando foi permitido, a CBBoxe acumulou a função de administrar o boxe olímpico e profissional. Porém, com a mudança imposta por um novo estatuto da AIBA, optou pelo boxe olímpico, deixando os profissionais à mercê de outras entidades, que não tem representatividade junto a outras esferas de poder (secretarias municipais e estaduais, ministério do Esporte).

Pires (2007) destaca que as mudanças costumam ser traumáticas e geram conflitos entre as entidades que gerem o esporte. O boxe é uma prova clara disto. Afinal, ao privar lutadores que competem em outras entidades, o quê faz a AIBA a não ser impedir a participação de alguns dos maiores boxeadores do mundo nos Jogos Olímpicos, competição que, em tese, deve reunir os melhores de todas as modalidades?

Esta dualidade provoca ainda problemas para os atletas, obrigados a escolher entre o sonho de representar a pátria e lutar por uma medalha olímpica e a carreira profissional, que tem pagamentos maiores em seu ápice. O que vemos, claramente, é a AIBA tentar impor as regras de um jogo que existe muito antes dela mesma, afinal, o boxe profissional é anterior à existência desta entidade. O discurso de quê as regras do boxe olímpico e profissional cai por terra a partir do momento em que a AIBA passa a promover, também, um campeonato profissional e aproxima o sistema de pontuação e retira o uso dos equipamentos de proteção (capacetes e camiseta) dos boxeadores olímpicos.

No basquete, o tabu da participação dos profissionais foi quebrado em 1992, com a presença do Dream Team dos Estados Unidos, liderados por Michael Jordan, nos Jogos de

Barcelona. No boxe, porém, esta dicotomia está longe do fim. Infelizmente, para os amantes da nobre arte, nomes como o do norte-americano Floyd Mayweather, o atleta mais bem pago dos Estados Unidos em 2013, estão distantes da participação olímpica devido a uma briga de poder das entidades que comandam o boxe no mundo.

Tal conflito faz com que os atletas olímpicos, que um dia já foram considerados amadores, vivam em uma situação paradoxal. Afinal, os atletas olímpicos, que até a edição passada dos Jogos Olímpicos eram chamados de amadores, têm uma estrutura e condições de treinamento, mas são “abandonados” pelas entidades que gerem ao esporte ao decidirem pela profissionalização. Sem o suporte da confederação, estes atletas acabam sendo obrigados a gerir as carreiras de maneira autônoma, ou a passarem esta tarefa para empresários.

Mesmo tendo se passado duas décadas do trabalho realizado por Wacquant, é possível perceber que os problemas relacionados à dualidade entre amadorismo e profissionalismo no boxe não são exclusividades do Brasil. Fica claro que a situação enfrentada por vários pugilistas brasileiros é a mesma que afligiu os lutadores com o qual Wacquant conviveu.

É importante destacar ainda que a mudança de comando do boxe profissional brasileiro, que deixou de ser gerido pela CBBBoxe, é recente. Isso gerou uma dificuldade para a realização do trabalho, uma vez que não há mais uma entidade única controladora do boxe profissional. Porém, apesar dos obstáculos encontrados, é possível destacar que este trabalho atingiu, de certo modo, o objetivo de abrir uma discussão sobre as diferenças entre o boxe olímpico e o profissional no país. A literatura analisada e os relatos dos atletas não deixam dúvidas que existe um conflito de poder: de um lado estão os empresários, que visam um boxe profissional e seus lucros. Do outro, estão as confederações e a AIBA, entidade que luta para manter a exclusividade do boxe olímpico e vê na criação de uma liga profissional com seus atletas a chance de atraí-los e evitar a perda de talentos para outras entidades.

No meio desta disputa, porém, estão os atletas, que acabam divididos entre os sonhos de conquistar fortunas e fama com o esporte, ou lutar pela glória olímpica. Infelizmente, diferentemente de outras modalidades, o pugilista é obrigado a fazer uma dura escolha: lutar profissionalmente ou fazer a opção pelo olimpismo.

A proposta deste artigo não é chegar a uma resposta definitiva sobre qual o melhor caminho para os pugilistas: boxe profissional ou olímpico. A intenção é abrir caminho para uma discussão mais ampla: afinal ao excluir os atletas que optaram pelo profissionalismo, a

³De acordo com a Revista Sports Illustrated, segundo publicação da Agência Reuters, disponível em < <http://br.reuters.com/article/sportsNews/idBRSPE94E06M20130515> > Acesso em 11/04/14

entidade controladora do boxe não fere também o espírito olímpico, ao deixar de lado atletas reconhecidamente talentosos e que podem ser os melhores do mundo na modalidade?

Referências

- Associação Internacional de Boxe. Disponível em < <http://www.aiba.org>> Acesso em 5 de abril de 2014.
- Federação Rio-grandense de pugilismo. Disponível em < <http://www.boxergs.com.br>> Acesso em 5 de abril de 2014.
- FEITOSA, Mario; LEITE, Nivea e LIMA, Amanda. **Boxe. In Atlas do Esporte Brasileiro.** org. Lamartine Pereira Da Costa, 2004. Disponível em <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/353.pdf>> Acesso em 8 de março de 2014.
- FERREIRA, Fernando. **O boxe negação do desporto.** Lisboa, Prelo, 1967, 113 págs.
- PIRES, Gustavo. **Agôn Gestão do Desporto – O jogo de Zeus.** Porto, Porto Editora, 2007, 352 págs.
- RUBIO, Katia. **Memórias do Brasil Olímpico.** São Paulo, Editora Kazuá, 2013, 297 págs.
- RUBIO, Katia. **Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização.** *Rev. bras. educ. fís. esporte (Impr.)*[online]. 2010, vol.24, n.1, pp. 55-68. ISSN 1807-5509.
- VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando. **O que é Boxe – História, Regras e Curiosidades.** Rio de Janeiro, COB, 2007, 71 págs.
- WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma, Notas Etnográficas de um lutador de Boxe.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002, 293 págs.
- WACQUANT, Loïc. **Putas, escravos e ganhões: linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais.** *Mana* [online]. 2000, vol.6, n.2, pp. 127-146. ISSN 0104-9313. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132000000200005>.

Recebido em: 17 de dezembro de 2015.

Aprovado: 07 de abril de 2016.